

**OS DILEMAS DA
PRODUTIVIDADE: ANÁLISE
CONJUNTURAL E
PROPOSIÇÕES**

LUCAS CALADO DE ALMEIDA

Os meus agradecimentos ao professor Felipe Tarábola, especialista em plantar a dúvida na mente de seus estudantes e que, no decorrer dos anos, foi paciente e compreensivo comigo.

“Pelas ruas marchando, indecisos cordões
Ainda fazem da flor, seu mais forte refrão
E acreditam nas flores vencendo o canhão”

Geraldo Vandré

1. Introdução

A Economia, de modo geral, adquire uma importância singular quando o desemprego torna-se o mote de discussão em uma sociedade que sofre para combatê-lo. Não é exagero constatar que o atual cenário brasileiro clama por uma saída eficiente para livrar-se de uma crise econômica que, além de também acarretar uma crise política, resvala diretamente em todos os investidores, produtores e consumidores. O elevado aumento no número de desempregados no país gera dúvida sobre a eficácia dos investimentos estatais; a esse clima de incerteza soma-se a falta de conhecimento sobre as contas públicas, fazendo com que pautas como privatizações e parcerias público-privadas venham à tona.

Deste modo, o próximo governo deve incondicionalmente ater-se à problemática da produtividade, um fator que é praticamente intrínseco ao desenvolvimento de um país (considerando que a produtividade do trabalhador é o que diminuirá os custos de produção e/ou aumento da lucratividade do empregador, que poderá repassar parte dos valores em forma de benefícios para seus empregados ou contratar mais funcionários), vide a Revolução Industrial dos séculos XVIII e XIX na Inglaterra (e posteriormente no continente europeu como um todo), responsável por transformações profundas nas sociedades nas quais foi implementada.

Urgem atualmente políticas econômicas que tirem máximo proveito dos meios de produção, conciliadas com geração de empregos e desenvolvimento tecnológico. O ensaio a seguir buscará analisar a conjuntura atual e terá um caráter propositor no que tange alternativas de otimização da produtividade brasileira.

Em relação à composição do ensaio, o tópico inicial tratará do conceito de produtividade e alguns de seus impactos amplos. No que se segue, o cenário brasileiro atual será explorado sucintamente, com fins de identificação dos principais obstáculos ao crescimento produtivo nacional. Ademais, será feita uma proposta para conciliar tanto políticas econômicas quanto desenvolvimento social no país.

2. Considerações

2.1 Definição

Embora caracterizada de diferentes maneiras por diversos economistas, o conceito de produtividade está intimamente ligado à razão entre a produção total e os fatores de produção empregados nela, considerando um determinado período de tempo. Os fatores de produção de maior relevância são o capital, a tecnologia e a mão de obra empregada para realizar a tarefa. Portanto, para aumentar a produtividade, deve-se, via de regra, alterar algum destes fatores de modo a obter o resultado mais positivo possível, ou seja, caso um empresário deseje aumentar a produtividade de

sua indústria, ele poderá aumentar a quantidade do produto produzido em determinado tempo, diminuir o número de funcionários/máquinas ou diminuir a área de produção (normalmente no caso agrícola) para operar a mesma tarefa, logo, otimizando e tornando mais lucrativo o negócio.

Tais fatores são levados em conta por todo empreendedor que deseja crescer. Desta forma, defendo que a política econômica a ser adotada por um país deve ater-se a modificar essa relação de modo a beneficiar simultaneamente empreendedor e trabalhador. Visto isso, em termos gerais, a análise dos impactos é conduzida mais facilmente, como procurarei demonstrar nos parágrafos que se seguem.

2.2 Impactos

O constante emprego de novas tecnologias nos setores primários, secundários e terciários exige uma especialização progressiva que atenda às demandas das empresas. Portanto, se não houver um contingente que tenha formação para operar essas tecnologias, a produtividade decai, assumindo a lógica de que trabalhadores não especializados não serão tão efetivos quanto os especializados.

O aumento da mão-de-obra traz custos altos aos empregadores em comparação à utilização de novas tecnologias que dispensam a mão-de-obra. O crescimento das despesas de um negócio levam à diminuição do lucro caso a produtividade não aumente paralelamente, e portanto, com lucro menor, o negócio crescerá menos. A má, ou melhor, subutilização do capital, por parte do empregador, reflete negativamente no desenvolvimento das empresas.

No que diz respeito aos setores da economia, eles podem apresentar diferentes níveis de produtividade. O caso brasileiro apresenta o setor de serviços de forma geral como um setor de baixa produtividade, já a indústria e a agropecuária apresentam produtividades mais elevadas. Ao ser feita essa constatação, é necessário compreender os antecedentes da crise e perceber como a produtividade não foi a prioridade dos governos Lula-Dilma, que claramente optaram por um desenvolvimento social (melhoramento dos serviços básicos de saúde, educação, moradia).

3. Desenvolvimento

3.1 Aspectos conjunturais: passado e presente

Atentemos à situação brasileira ao longo dos últimos anos. Laura Carvalho, economista da FEA-USP, analisa a política econômica adotada no governo Lula:

A alta do preço das commodities e os três pilares de crescimento descritos acima- distribuição de renda, expansão do crédito e investimentos públicos- explicam a melhora no desempenho da economia brasileira em relação às duas décadas anteriores. (CARVALHO, 2018, p.32)

Segundo tal pesquisadora, o fenômeno denominado “Milagrinho” foi muito importante para entendermos um dos entraves para o aumento da produtividade no Brasil atualmente: durante o crescimento econômico ocorrido na década 2000-2010, vagas de emprego foram majoritariamente criadas no setor de serviços, e não na indústria, configurando um deslocamento de contingente de trabalhadores do setor secundário para o setor terciário. A princípio, esse deslocamento não configuraria um problema, no entanto, ao analisarmos o gráfico abaixo, faz-se perceptível um dos obstáculos atuais do país:

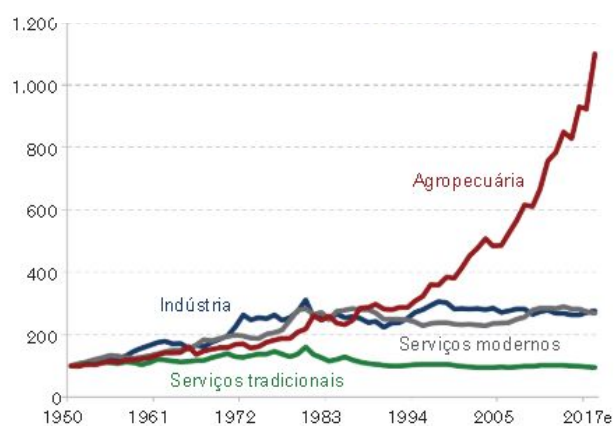
Gráfico 1 – Percentual de empregados em cada setor (% da população empregada total)



Fonte: IBGE, Credit Suisse

Fonte: Credit Suisse, adaptado pelo autor

Gráfico 2 – Índice de produtividade do trabalho por setor (produtividade em 1950 = 100)



Fonte: Credit Suisse, adaptado pelo autor

Nele, notamos que os setores industrial e agropecuário são os que têm um maior crescimento de produtividade (mesmo que de caráter oscilatório, no caso industrial), enquanto os serviços são divididos em dois. Os serviços tradicionais (de baixo desempenho) apresentam baixos níveis de produtividade e os serviços modernos (de alto desempenho), por sua vez, apresentam níveis altos de produtividade.

Em se tratando da questão política, André Singer, cientista político da FFLCH-USP, em seu livro *O Lulismo em Crise*, busca entender o processo de crise política e econômica do Brasil nos governos Dilma, e postula que à medida em que o plano desenvolvimentista produtivista acordado entre a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), com intermédio do Governo Federal, foi posto em ação, os industriais passaram para o lado do mercado financeiro, como evidenciado pelo seguinte trecho:

Muito diferente do tom adotado pela Fiesp em 2011, as *101 propostas para modernização trabalhista* se voltavam contra os trabalhadores, cuja defesa da CLT era ponto de honra para os sindicatos. Logo se desmanchava publicamente a costura de 2011. Em abril de 2013, a

Fiesp divulga estudo mostrando vantagens de as indústrias brasileiras se instalarem no Paraguai. (SINGER, 2018, p. 60).

Portanto, cabe aqui inferir que houve uma política econômica previamente requisitada e acordada entre os trabalhadores e industriais que foi desfeita, sendo inefetiva e, de forma geral, muito prejudicial por conta das medidas adotadas para alavancar a produtividade que foram ignoradas pelo setor teoricamente beneficiário. Vale destacar aqui o desgaste político do Governo para aprová-las. Os eventos que se seguiram (Jornadas de Junho, Operação Lava Jato e derrubada do governo Dilma) só agravaram a crise política, além de uma certa ingovernabilidade do Executivo nacional, que não teve mais forças para breçar nem a onda da financeirização, muito menos os protestos populares moralizadores da classe média brasileira.

3.1.2 Serviços

Ao analisar os gráficos apresentados anteriormente, é admissível o questionamento sobre a produtividade dos serviços de alto desempenho (marketing, financeiro, consultoria) ser alta em relação aos tradicionais, no entanto, pouco mais de 5% da população empregada trabalha nesse tipo de atividade. Já em relação aos serviços de baixo desempenho, a população que participa desse tipo de atividade corresponde a aproximadamente 70% do total. No que concerne à participação na geração do PIB nacional, os empregados nos serviços de baixo desempenho geram 70% do mesmo.

Destarte, o país deve aumentar a produtividade desse setor pela quantidade de pessoas que fazem parte dele, assim como incentivar a geração de emprego nas indústrias, que possuem uma produtividade estagnada atualmente e empregam uma porcentagem baixa se comparada aos serviços, intensificada pelo movimento de troca do setor industrial pelo de serviços.

Além das informações já apresentadas, uma análise desenvolvida na Fundação Getúlio Vargas com base em dados da Socio Economic Accounts (SEA) traz componentes comparativos da produtividade brasileira do setor de serviços em relação a outros países, que apresentam altos índices de produtividade e, por consequência, desenvolvimento econômico.

Tabela 1: Produtividade do Trabalho (PPP agregada)

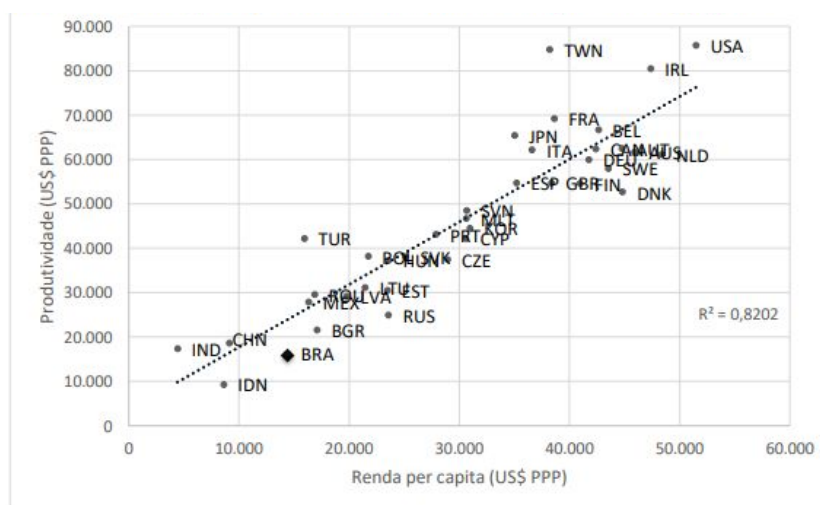
	Agregada	Indústria de transformação	Serviços	Serviços Modernos	Serviços Tradicionais
Brasil	14.633	18.420	15.814	31.561	10.878
EUA	89.261	115.125	85.712	160.014	59.829
Coreia	52.532	82.153	44.437	71.643	33.504
Brasil/USA	16,4%	16,0%	18,5%	19,7%	18,2%
Brasil/Coreia	27,9%	22,4%	35,6%	44,1%	32,5%

Fonte: Groningen Growth and Development Centre Productivity Level Database e Social Economic Accounts. Adaptado pelo autor

Como previamente apontado, a produtividade do trabalhador brasileiro é muito baixa, sobretudo quando confrontada com a do trabalhador dos EUA e da Coreia do Sul, constatando-se que o trabalhador brasileiro tem índice de produtividade muito inferior. Segundo a Tabela 1, a produtividade média do brasileiro do setor de serviços é de aproximadamente 19% em relação a um trabalhador americano. Em comparação com o trabalhador coreano, o índice é de 35%, próximo a um terço do total.

Um último dado interessante é a relação de renda *per capita* e produtividade dos trabalhadores brasileiros em relação a dos outros países. O gráfico abaixo mostra que a produtividade do trabalhador brasileiro no campo dos serviços está aquém do esperado para sua renda.

Gráfico 3 – Renda per capita e produtividade dos serviços – PPP Agregada



Fonte: FGV

Embora os dados e análises estruturais apresentados demonstrem que a política adotada em anos anteriores tiveram o desenvolvimento social como prioridade em detrimento da produtividade, medidas cujo impacto se concentra atualmente, vale ressaltar a importância de políticas que aumentaram o acesso da população ao mercado de trabalho e ao emprego formal, conforme afirma a professora Laura Carvalho:

O crescimento centrado em serviços e construção civil, embora não tenha ajudado a promover avanços tecnológicos e ganhos de produtividade para a economia brasileira, teve o claro benefício de incluir no mercado de trabalho formal uma mão de obra menos qualificada, que o país tem em abundância, elevando seu poder de barganha e salários em relação aos dos demais trabalhadores. (CARVALHO, 2018, p.25)

3.1.3 Indústria

Analisando a situação industrial, sofremos um processo de desindustrialização, tanto por conta do crescimento das commodities, que auxiliou o agronegócio e tirou o foco do governo da indústria, quanto pela falta de competitividade no país, que tem custos 23% maiores em relação aos EUA (2014), segundo estudo do *Boston Consulting Group* apresentado pela *BBC Brasil*¹. Conforme o grupo, essa disparidade é consequência da produtividade no país não acompanhar o aumento substancial dos salários e câmbio favorável do período 2004-2014.

Ademais, uma perspectiva a ser levada em conta é a preferência das indústrias e grupos investidores por importar a tecnologia de outros países para que se mantenha a competitividade em relação aos produtos internacionais. Este tipo de escolha é causada pelo custo crescente de maquinário e tecnologia no país, “forçando” as indústrias a optarem pelo produto do exterior.

Outro problema para o crescimento industrial é o custo energético no país, que cresceu constantemente durante os últimos governos e prejudicou os donos de indústrias no aumento de sua produtividade, segundo matéria da *Veja* com base em dados da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), que mostra o 6º maior custo por MW/h dentre 25 países analisados: 402,3 reais.

Surpreende que o Brasil tenha um custo energético tão alto visto que é um dos países com um dos maiores potenciais energéticos do mundo. Segundo matéria publicada na revista *EXAME*, o potencial hidrelétrico brasileiro chega a 260 GW, no entanto o país utiliza e desenvolve apenas 35% do total. Em relação à energia eólica, o potencial chega a 143 GW. Um contraponto apontado é a dificuldade de criação de usinas de produção energética na região amazônica, por conta das muitas reservas ambientais na região e do impacto provocado na fauna, flora e populações próximas às usinas. Nesse sentido, o debate deve ser estendido para a sociedade para que a questão seja analisada respeitando sua devida complexidade e importância.

3.1.4 Agropecuária

A situação da agropecuária no país é razoavelmente mais otimista. De acordo com uma pesquisa conduzida pelo Cepea/USP em parceria com o Ministério da Agricultura, dentre os índices de produtividade, o índice Produto Total dos Fatores² foi de 100,00 em 1975 para 325,72 em 2016. O estudo atribui esse aumento de produtividade agropecuária sobretudo devido ao fator Capital, que engloba a utilização de fertilizantes defensivos e máquinas agrícolas. Além disso, o estudo destaca o crescimento da produção de soja grão, cana-de-açúcar, banana, laranja e frango.

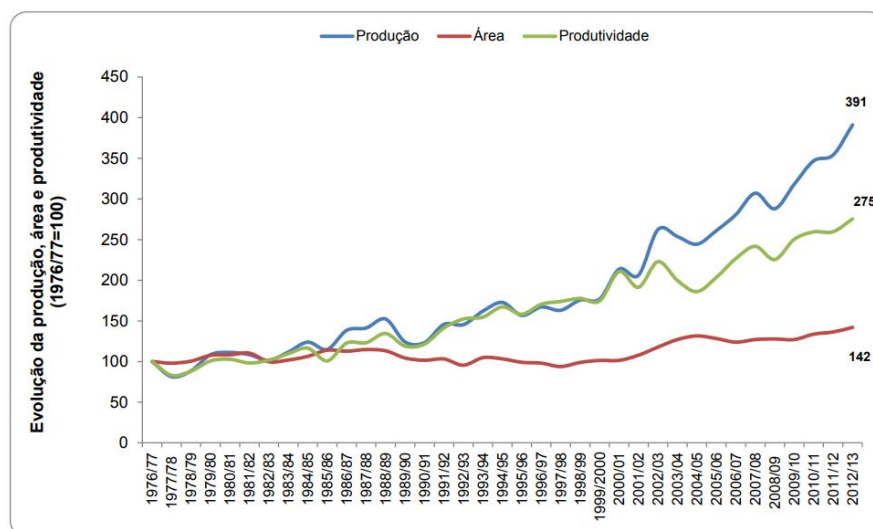
¹ COSTAS, Ruth. **Indústria brasileira ‘é uma das que mais perderam competitividade em dez anos’**. BBC Brasil, 25 abril 2014. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/04/140425_brasil_industria_ru.shtml>. Acesso em: 12 out 2018.

² Autor do estudo sobre a metodologia utilizada para compor o índice: “A agregação para formar o índice de produto e o índice de insumos foi realizada pelo índice de Törnqvist (Christensen, 1975). A relação entre o numerador, que é o índice de produto, e o denominador, que representa os insumos, resulta na produtividade total dos fatores (PTF).”

A enorme evolução da produtividade no campo agrícola, em grande parte devido ao boom das commodities na última década e uma taxa de câmbio favorável até 2014, como afirma Delfim Netto, economista da FEA-USP em matéria da Fiesp, permitiu ao setor a traçar um caminho contrário ao que a indústria nacional toma: as importações de maquinário estrangeiro diminuem a cada ano, criando espaço de desenvolvimento neste setor, e afastando o país de uma realidade de dependência do exterior.



Gráfico 4 – Evolução da produção, área e produtividade de grãos/oleaginosas no Brasil (1976/77 – 2012/13)



Fonte: Dados da Conab, Elaboração e cálculos Embrapa/Agropensa.

Fonte: Embrapa, adaptado pelo autor.

Observando o gráfico acima, nota-se que, embora a área utilizada para a produção de grãos/oleaginosas (soja, milho etc.) manteve-se praticamente estagnada em 40 anos, de 100 para 142. No entanto, a produção aumentou significativamente, de 100 para 391. A produtividade, por consequência, cresceu bastante, chegando ao índice de 275. O período 2003-2013 do gráfico, como já atestado previamente, foi responsável pelo maior crescimento produtivo nacional. Uma tabela, do mesmo estudo, mostra ao que deveu-se esse crescimento: a tecnologia empregada, chegando a quase 70% da contribuição para o aumento da produção.

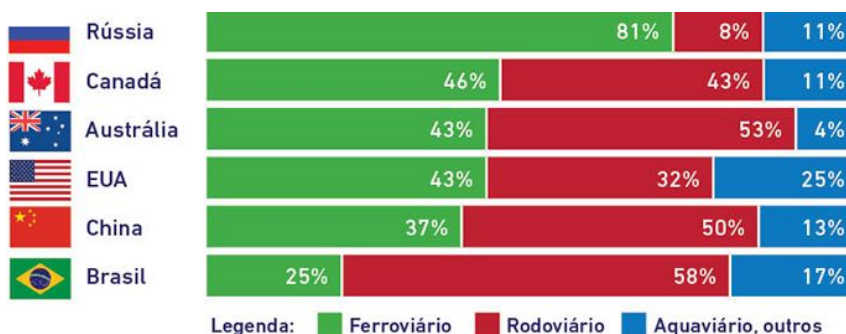
Como adendo à discussão, reconhece-se a importância de uma subdivisão importante da agropecuária: a agricultura familiar, responsável por boa parte do abastecimento nacional e que atualmente ganha espaço nas discussões da problemática da produtividade do país.

3.1.5 Logística

Logisticamente, o país tem em mãos uma situação trágica. A política de Washington Luís, na primeira metade do século passado, e Juscelino Kubitschek, na segunda metade do século XX, de opção pela construção de rodovias em detrimento de ferrovias criou um obstáculo imenso ao país a longo prazo: o custo de transporte para os produtores e indústrias cresceu muito. Enquanto uma viagem feita de trem seria muito mais rápida, transportando maior quantidade de material e sendo mais barata, uma viagem pelas rodovias são mais custosas, mais lentas e transportam menos material: ou seja, o custo produtivo é muito superior.

Atualmente, o país conta com aproximadamente 30.000 km de ferrovias e, deles, 1121 são eletrificados. Os gráficos abaixo apresentam uma comparação de porcentagem do transporte ferroviário, rodoviário e aquaviário com outros países:

Gráfico 5 – Comparação de matrizes de transporte de carga
Países de mesmo porte territorial



Fonte: Plano Nacional de Logística e Transportes do Ministério dos Transportes (2014).

Fonte: Logística Sem Fronteiras, adaptado pelo autor.

Os EUA possuem uma malha ferroviária de 225.000 km, o que corresponde a aproximadamente 45% de sua matriz total. A Rússia apresenta um número fantástico: 81%, grande parte dele devido a ferrovias como a Transiberiana, que atravessa o país inteiro. Fatores como o visto acima aumentam consideravelmente a produtividade do país, já que o custo do produtor é muito reduzido. No Brasil, o produtor normalmente utiliza-se de diferentes modais para transportar uma mesma carga, dividindo-a, para que ela chegue mais rápido fazendo com que, conseqüentemente, o custo logístico seja substancialmente maior.

Dado o exposto, reconhece-se os esforços dos últimos governos para o desenvolvimento social do país, com a melhora dos serviços básicos. No entanto, o período 2000-2018 é marcado pela estagnação produtiva, no Brasil, de forma geral, como resultado da concentração da população empregada no setor de serviços de baixo desempenho/produtividade, responsável por 70% do PIB nacional. Depois de uma análise setorial, aponta-se a necessidade de avanço tecnológico,

simplificações burocráticas, incentivo governamental por meio de crédito ou diminuição de custo energético, integração da produção acadêmica científica com os produtores e indústrias, utilização de métodos e tecnologias sustentáveis e otimização do escoamento da produção.

3.2 Proposições

Visto que a distribuição da população economicamente ativa, empregada, é muito desigual no país, há algumas propensões em relação às medidas que podem ser tomadas para estimular o crescimento produtivo nacional. Dentre as alternativas, é inquestionável a necessidade de aumentar a produtividade do setor de serviços como visto anteriormente, que responde pela maioria do PIB e da população empregada, com óbvio enfoque nos serviços de baixo desempenho.

Como último aspecto a ser considerado, pode-se considerar a quase unanimidade entre os economistas da ideia de que deve haver um investimento pesado em tecnologia para que os setores de maneira geral tornem-se mais produtivos. Embora haja uma linha de pensamento voltada à educação profissionalizante, o argumento de que o trabalhador tem como se adaptar à tecnologia e os ganhos de produtividade com novas máquinas prevalece se comparado ao de apenas o emprego de população capacitada.

- a) Deve-se construir um sistema integrado entre os produtores, indústria, empresas de comércio e serviços, institutos tecnocientíficos e universidades. Uma comissão de professores especializados no assunto deverão conduzir pesquisas em conjunto com seus alunos em cada instituto ou universidade de forma a atender às necessidades dos produtores e a desenvolver conhecimento prático concomitantemente. Este sistema deverá ser elaborado entre representantes do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCIC), Ministério do Planejamento (MP), Ministério da Indústria e Serviços (MDIC), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Ministério de Minas e Energia (MME), Ministério do Meio Ambiente (MMA) e professores (com formação nas áreas requeridas) das universidades e institutos. Entre diversos aspectos a serem considerados, o presente ensaio aponta a importância do trabalho de campo dos alunos que participarão do desenvolvimento de projetos e o exemplo que é o Instituto de Tecnológico de Aeronáutica (ITA), que tem efetiva parceria com a EMBRAER, trazendo resultados excelentes nos últimos anos.
- b) Em relação ao setor primário, deve-se valorar a indústria nacional de máquinas, que vem ganhando espaço no setor há alguns anos, com investimentos públicos nestas empresas. Tanto para o produtor quanto para a indústria de máquinas, as desonerações e créditos governamentais devem ser implementados conforme a produtividade e o emprego

aumentam no setor e, caso o produtor não atinja essa produtividade, o imposto pago deverá ser investido nas pesquisas de desenvolvimento encabeçadas pelos grupos citados no item a) e na educação profissionalizante.

- c) Como o caso da agricultura familiar é muito particular dado ao seu caráter empregatício, ambientalmente sustentável e de abastecimento interno, o governo deve estimular a criação de cooperativas por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), baseada no pensamento e estudo desenvolvido por Paul Singer, e da Associação Brasileira de Pesquisadores de Economia Solidária (ABPES), para conciliar a agricultura familiar com a economia solidária, aumentando a independência do trabalhador ao mesmo tempo que democratizando a decisão sobre os rumos da produção. Dentre as medidas que podem ser adotadas pelo poder público estão o microcrédito para desenvolver o básico das cooperativas, ou seja, infraestrutura necessária (principalmente nas regiões climaticamente desfavoráveis) para que ela se desenvolva.
- d) Com relação à energia, o Estado deve utilizar-se de estudos (desenvolvidos em empresas e universidades, ou pelo próprio Ministério de Minas e Energia) para monitorar a situação energética no país, localizar onde se dão as maiores perdas de energia, pontos estratégicos para serem criadas novas usinas próximas aos centros de produção, além de convergir esforços em reduzir a dependência das termelétricas, de maior custo e, ao mesmo tempo, aumentar o número de usinas de “energia limpa”, renovável, como por exemplo as solares e eólicas, muito usadas em países desenvolvidos como Japão. O campo de energia sustentável ainda é uma novidade mundial e, portanto, seria de extrema importância o país fazer parcerias com países e empresas estrangeiras.

Além disso, abre-se no campo da energia sustentável uma possibilidade de criação de empregos na área de serviços de alto desempenho e produtividade, como consultorias e logística especializada, além de empresas de operação e manutenção, como aponta Cleverton Rocha, Gestor de Projetos de Energia do SEBRAE.

- e) Do ponto de vista logístico, o país deve ater-se a desenvolver o sistema ferroviário, tão importante e rápido no escoamento da produção porém muito pouco utilizado historicamente. Assim, evitam-se complicações no transporte rodoviário, como trânsito, condições climáticas desfavoráveis, maior custo, tornando o sistema de transporte mais rápido e efetivo. Esse desenvolvimento passa pela finalização dos trechos ferroviários previstos pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), obras já em andamento. Para além, o Ministério dos Transportes deve aumentar substancialmente a malha ferroviária do

país. O ideal é traçar um projeto, em parceria com a iniciativa privada que já atua no setor, que possa conectar os centros de produção agrícola do Centro-Oeste e Sul, principais produtores do país (visando exportação), aos portos. O ideal é que o país conte com mais de 200 km de ferrovias ativas até 2050.

f) Sobre as desonerações fiscais, é necessário que haja um rígido controle governamental para que as empresas, indústrias e produtores de fato aumentem sua produtividade, algo que não foi cobrado em governos anteriores e foi responsável em certa medida pela crise atual. Deste modo, a desoneração funcionará como moeda de troca governamental para que a produtividade de fato aumente.

g) No que tange aos créditos, o enfoque do governo deve ser com relação aos créditos de investimento, responsáveis por dar condições ao produtor de melhorar sua infraestrutura com máquinas e instalações modernas que visem a produtividade. Para a indústria, as alíquotas devem ser reduzidas mediante aumento de produtividade, estimulando a indústria a investir em maquinário, inovações tecnológicas e mão-de-obra.

h) Desburocratizar as indústrias e empresas de serviços, ou pelo menos as disfunções burocráticas, de modo a diminuir a necessidade de gastos nos setores administrativos dos mesmos e dificuldade na criação e fechamento deles. Além de facilitar o trâmite burocrático interno, deve-se simplificar a forma de abertura e fechamento de empresas no país que, cronologicamente, é surreal se comparado a outros países.

i) Com o recurso dirigido à educação mais equilibrado entre Ensino Básico e Ensino Superior, propõe-se a criação e investimento em escolas e faculdades técnicas para promover o ensino profissionalizante. Esta implementação, no entanto, deve contar com uma integração entre educação e setor produtivo, seja ele indústria, serviços ou agropecuária, vide SESI, SENAI, ETECs e FATECs (exemplo do Estado de São Paulo). Para alunos que ainda estão no Ensino Básico, é necessário que esteja a cargo do estudante e da família a escolha pelo ensino técnico em conjunto com o Ensino Médio³.

3.2.1 Neoliberalismo não é solução

Este último tópico tem por finalidade demonstrar que a política econômica do neoliberalismo, aqui caracterizada pelas medidas adotadas nos governos de Margaret Thatcher

³ Deve-se esclarecer que uma formação crítica e humana é fundamental para a manutenção de uma sociedade civil que preze por seus valores democráticos. A sugestão de criar uma vertente educacional também atenta às necessidades de desenvolvimento do país não exclui a demanda pelo acesso à uma educação de qualidade por parte de classes menos favorecidas da sociedade.

(primeira-ministra da Inglaterra entre 1979-1991) e Augusto Pinochet (ditador chileno no período de 1973-1990), a exemplo de desregulamentação estatal, austeridade fiscal, privatizações em massa, um Estado mínimo, enxuto, de modo a deixar o livre mercado se auto-regular. Em relação à austeridade fiscal, Delfim Netto, em sua coluna na revista CartaCapital, pontua a seguinte problemática:

A austeridade em si mesma não é suficiente, porque ela, sem a esperança na recuperação da economia e o efeito “catraca” na inclusão social, brigará com o processo democrático e não terá sucesso.(NETTO, 2015)

Retomando o cenário global e centrando a análise da Inglaterra sob o governo de Thatcher, constata-se que o país teve crescentes níveis de desemprego, segundo a teoria neoliberal necessário, a desigualdade social aumentou assustadoramente e o número de crianças em situação de pobreza subiu de 1,7 milhão em 1979 para 3,3 milhões em 1990, segundo o jornal *The Guardian*⁴. Além disso, o Thatcherismo foi responsável por desindustrializar o país, destacando-se o combate contra a indústria mineradora inglesa. Segundo o órgão responsável pelas estatísticas da economia inglesa Office for National Statistics (ONS), o crescimento da produtividade durante os mandatos de Thatcher apresentou marcas indesejadas; em 1979, o crescimento era de 3,2%; em 1984, 0,9%; em 1985, novamente 0,9%; 1990, 2%.

Dani Rodrik, economista e professor da Universidade de Harvard, aponta em seu artigo “rescuing economics from neoliberalism” que a doutrina neoliberal que influenciou as políticas de governo das décadas de 1980 e 1990 (influenciadas por teóricos da Sociedade do Monte Pèlerin) não pode ser vista como solução imediata e definitiva para as economias mundiais. Deve-se, ao invés disso, adotar políticas econômicas condizentes com a realidade de cada nação, que apresentem soluções criativas e construtivas. Rodrik nos dá o exemplo chinês:

Dual-track pricing, which retained compulsory grain deliveries to the state but allowed farmers to sell excess produce in free markets, provided supply-side incentives while insulating public finances from the adverse effects of full liberalization. The so-called Household Responsibility System gave farmers the incentive to invest in and improve the land they worked on, while obviating the need for explicit privatization [...]calling China’s economic reforms a neoliberal turn, as critics are inclined to do, distorts more than it reveals (RODRIK, 2017).

⁴ BALL, James. **The Thatcher effect: what changed and what stayed the same**. The Guardian, 12 abril 2013. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/politics/2013/apr/12/thatcher-britain>>. Acesso em: 19 out 2018.

Fazendo um balanço do neoliberalismo, em relação aos fatos das décadas de 1970 e 1980, Perry Anderson, do Conselho Latinoamericano de Ciencias Sociais (CLACSO), aponta precisamente:

En este sentido, cualquier balance actual del neoliberalismo sólo puede ser provisorio. Se trata de un movimiento inconcluso. Por el momento, a pesar de todo, es posible dar un veredicto sobre su actuación durante casi quince años en los países más ricos del mundo, única área donde sus frutos parecen maduros. Económicamente, el neoliberalismo fracasó. No consiguió ninguna revitalización básica de capitalismo avanzado. Socialmente, por el contrario, ha logrado muchos de sus objetivos, creando sociedades marcadamente más desiguales, aunque no tan desestatizadas como se lo había propuesto (ANDERSON, 2003).

Assumindo que cada país, grupo de países ou mercado possui suas particularidades, um método invariável de ação é descrever na capacidade do economista, e da Economia, se me permite fazer uma grossa extensão, de transformar o modo organizacional econômico através de soluções mais adequadas a uma certa realidade.

4. Considerações Finais

O presente ensaio procurou traçar as políticas adotadas nos governos anteriores (Lula e Dilma), evidenciando seu caráter desenvolvimentista e positivo em relação a desigualdades e melhora em serviços básicos. Essa política econômica só foi possível por conta do boom das commodities e do tripé macroeconômico adotado pelo governo, resultando em diminuição do desemprego e concentração de empregos no setor de serviços. Esta concentração, apesar de aparentemente positiva, demonstrou-se complicada do ponto de vista produtivo.

Ao separar os setores, identificou-se a situação de cada um deles no país. Além disso, alguns problemas foram levantados e explorados, como é o caso da desindustrialização do país, excessiva burocracia, obstáculos logísticos e energéticos entre outros.

As proposições apresentadas no item 3.2 tiveram como objetivo sanar ou reduzir o desafio do crescimento produtivo brasileiro conciliado com educação, tecnologia e integração nacional. O trabalho apresentou um viés desenvolvimentista, contudo, apontou alguns dos problemas causados por governos anteriores que também possuíam esse caráter.

Por fim, o tópico sobre a doutrina do neoliberalismo teve como finalidade demonstrar e valorizar a necessidade da diversidade do pensamento econômico para que sejam promovidas soluções reais e inteligentes para os problemas nacionais e mundiais.

Bibliografia

ALEMI, Talita. **O sistema ferroviário brasileiro**. Logística Sem Fronteiras, 01 mai. 2018. Disponível em: <<https://logisticasemfronteiras.com.br/sistema-ferroviario-brasileiro/>>. Acesso em: 14 out 2018.

ANDERSON, Perry. **La trama del neoliberalismo. Mercado, crisis y exclusión social, Capítulo I. Neoliberalismo: un balance provisorio**. CLACSO, 2003. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsd/collect/clacso/index/assoc/D969.dir/4anderson.pdf>>. Acesso em: 17 out 2018.

ARBACHE, Jorge. **Serviços e Crescimento Econômico**. Arbache Blog, 10 jun. 2015. Disponível em: <<https://arbache.com/blog/servicos-e-crescimento-economico/>>. Acesso em: 11 out 2018.

B, Geraldo e JR. Martha. **Produtividade na Agropecuária Brasileira**. Embrapa, Agropensa, 2014. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/documents/10180/9543845/Highlights+-+Produtividade+na+Agropecu%C3>>

CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira, do boom ao caos econômico**. 1ª Edição. São Paulo: Todavia, 2018.

DRUMMOND, Carlos. **O neoliberalismo e sua falha fatal**. CartaCapital, 05 dez 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista/980/o-neoliberalismo-e-sua-falha-fatal>>. Acesso em: 11 out 2018.

FEITOSA, Arnaldo. **Energias Renováveis: O Imenso Potencial Brasileiro!**. EXAME, 11 mar 2016. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/negocios/dino/energias-renovaveis-o-imenso-potencial-brasileiro-dino89081876131/>>. Acesso em: 12 out 2018.

FINEP. **Indústria aeronáutica: Parceria ITA/Embraer dá novos frutos**, 04 jun. 2013. Disponível em:

<<http://www.finep.gov.br/noticias/todas-noticias/3754-industria-aeronautica-parceria-ita-embraer-d-a-novos-frutos>>. Acesso em: 14 out 2018.

FUENTES, André. **Brasil piora em ranking e passa a ser o 6º com energia mais cara do mundo.** Veja, 21 jan. 2015. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/impavido-colosso/brasil-piora-em-ranking-e-passa-a-ser-o-6-com-a-energia-mais-cara-do-mundo/>>. Acesso em: 12 out 2018.

FUCS, José. **A luta contra a burocracia.** O Estado de São Paulo, 05 nov 2016. Disponível em <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,a-luta-contr-a-burocracia,10000086629>>. Acesso em: 14 out 2018.

GASQUES, José Garcia et al. **Crescimento e Produtividade da Agricultura Brasileira de 1975 a 2016,** 02 mar. 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/180302_cc38_nt_crescimento_e_pr oducao_da_agricultura_brasileira_1975_a_2016.pdf>. Acesso em: 12 out 2018.

JÚNIOR, Sergio Kannebley e LEDO, Bruno Auricchio. **Produtividade no Brasil: Desempenho e Determinantes, Vol.2- Determinantes, Capítulo 11,** 2015. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/prod_brasil_2015_cap-11.pdf>. Acesso em: 12 out 2018.

NETTO, Delfim. **Produtividade é o nome do jogo.** CartaCapital, 18 fev 2015. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista/837/produtividade-e-o-nome-do-jogo-2628.html>>. Acesso em: 10 out 2018.

NETTO, Delfim. **Três décadas de atraso.** CartaCapital, 30 ago 2018. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista/1018/tres-decadas-de-atraso>>. Acesso em: 10 out 2018.

ONS. **Gross Domestic Product: quarter on quarter growth rate: CP SA %, 26 set 2018.** Disponível em: <<https://www.ons.gov.uk/economy/grossdomesticproductgdp/timeseries/ihyn/ukea>>. Acesso em: 19 out 2018.

RODRIK, Dani. **Rescuing Economics from Neoliberalism**. Boston Review, 06 nov 2017. Disponível em: <<https://bostonreview.net/class-inequality/dani-rodrik-rescuing-economics-neoliberalism>>. Acesso em: 11 out 2018.

ROGERS, Simon. **How Britain changed under Margaret Thatcher. In 15 charts**. The Guardian, 8 abril 2013. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/politics/datablog/2013/apr/08/britain-changed-margaret-thatcher-charts>>. Acesso em: 19 out 2018.

SAAVEDRA, Juan e ABATI, Guilherme. **PIB só pode crescer com aumento da produtividade, afirma Netto**. FIESP, 15 nov 2014. Disponível em: <<http://www.fiesp.com.br/noticias/pib-so-pode-crescer-com-aumento-da-produtividade-afirma-delfim-netto/>>. Acesso em: 10 out 2018.

SINGER, André. **O Lulismo em crise**. 1ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SINGER, Paul. **Aprendendo Economia**. 9ª Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

SUISSE, Credit. **Brasil, Cenário melhor, mas ainda incerto para 2018 e 2019**. 11 dez 2017. Disponível em: <<https://static.poder360.com.br/2017/12/credit-suisse-cenario-brasil.pdf>>. Acesso em: 12 out 2018.

VELOSO, Fernando et al. **O Brasil em Comparações Internacionais de Produtividade: Uma Análise Setorial**, 2017. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/24869/produtividade%20setorial_final.pdf?sequence=1&isAllowed=y> e <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/17920/Produtividade_do_Setor_de_Servi%C3%A7os_no_Brasil_Um_Estudo_Comparativo.pdf> . Acesso em: 10 out 2018.

